



Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE

Community Tourism and Space Production in the Community of Ilha de Deus, Recife-Pernambuco, Brazil

Turismo de Base Comunitaria y Producción del Espacio en la Comunidad de la Ilha de Deus, Recife-Pernambuco, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1563>

João Paulo Silva < turismo.joao@gmail.com >

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Cristina Pereira de Araujo < crisaraujo.edu@gmail.com >

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 23-jan-2018

Aceite: 10-dez-2018

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, J. P. Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE. Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 72-87, dez. 2018.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O presente artigo teve como objetivo discutir a relação entre turismo e produção do espaço. Para tanto, realizamos um estudo de caso na comunidade da Ilha de Deus, localizada na zona sul da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, que vem despontando no desenvolvimento do turismo de base comunitária, um modelo alternativo ao turismo convencional. Como base teórico-metodológica principal, nos apoiamos na teoria de Milton Santos sobre o espaço geográfico, realizamos visitas in loco e buscamos relacionar, na área em estudo, algumas categorias de análise propostas pelo autor: os eventos, as verticalidades, as horizontalidades e as rugosidades.

Palavras chave: Produção do espaço. Turismo de base comunitária. Ilha de Deus, Recife-PE.

ABSTRACT

The present article aimed to discuss the relationship between tourism and space production. To do so, we conducted a case study in the community of Ilha de Deus, located in the southern part of the city of Recife, capital of the State of Pernambuco-Brazil, which has been emerging in the development of community tourism, an alternative model to conventional tourism. As a theoretical and methodological basis, we rely on Milton Santos theory on geographic space, we conduct on-site visits and try to and we try to relate, in the area under study, some categories of analysis proposed by the author: events, verticality, horizontality and roughness.

Keywords: Production of space. Community tourism. Ilha de Deus, Recife-PE

RESUMEN

El presente artículo tuvo como objetivo discutir la relación entre turismo y producción del espacio. Para ello, realizamos un estudio de caso en la comunidad de la Ilha de Deus, ubicada en la zona sur de la ciudad de Recife, capital del Estado de Pernambuco, Brasil, que viene desponiendo en el desarrollo del turismo de base comunitaria, un modelo alternativo al turismo convencional. Como base teórico-metodológica principal, nos apoyamos en la teoría de Milton Santos sobre el espacio geográfico, realizamos visitas in loco, y buscamos relacionar, en el área en estudio, algunas categorías de análisis propuestas por el autor: los eventos, las verticalidades, las horizontalidades y las rugosidades.

Palabras clave: Producción del espacio. Turismo de base comunitaria. Ilha de Deus, Recife-PE.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre o turismo e a produção do espaço na comunidade pesqueira da Ilha de Deus, Recife-PE. O local está inserido em uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e, após se submeter a um recente processo de urbanização, vem se destacando na região pelo incentivo ao turismo de base comunitária. Buscamos, então, compreender a dinâmica do turismo no local e a influência que essa atividade exerce na configuração urbana e nas relações socioprodutivas que ali se configuram.

O turismo deve ser considerado um importante componente de reprodução do capital na contemporaneidade e, por essa razão, interfere diretamente na produção do espaço, principalmente por mobilizar mudanças significativas no território nos âmbitos econômico, político, social e ambiental (CRUZ,

2007). Todavia, modelos alternativos de turismo têm surgido e dado outros contornos à configuração do espaço urbano, como vem ocorrendo nas localidades em que o turismo de base comunitária vem sendo incentivado, a exemplo da Ilha de Deus.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, utilizamos o método do estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 19), a adoção de estudos de casos em investigações acadêmicas é indicada “quando se colocam questões do tipo como e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em acontecimentos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Também foi realizado um levantamento teórico no intuito de entender como se dá a relação entre a atividade turística e a produção do espaço urbano à luz da teoria de Milton Santos (2014). Com isso, tratamos de compreender a relação indissociável entre o “sistema de objetos e o sistema de ações” na Ilha de Deus a partir das visitas in loco e identificação de como algumas categorias miltonianas de análise do espaço coexistem: os eventos, as rugosidades, as horizontalidades e as verticalidades.

É importante ressaltar que este trabalho é fruto das inquietações que vêm surgindo durante a pesquisa para a construção da tese de doutorado, cujo foco volta-se para a relação entre o turismo de base comunitária e a produção do espaço em periferias urbanas.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Utilizando uma abordagem geográfica do turismo, devemos considerá-lo como um importante agente que atua, ao mesmo tempo, na produção e no consumo do espaço urbano. Aqui, compreendemos o espaço urbano como um “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”, conforme assinala Milton Santos (2014, p. 21). Os objetos remetem ao conjunto de elementos fixos no espaço, resultados do sistema de ações, constituído pelas técnicas e pelas relações humanas que produzem e reproduzem o espaço em todo momento.

Para Santos (2014), o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, assim como o sistema de ações leva ao surgimento de novos objetos, que podem ser ressignificados no espaço e no tempo. De acordo com Carlos (2001), o espaço deve ser visto como o lugar onde se manifesta a vida, pois ele é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade.

Ainda para Carlos (2001), a compreensão sobre a produção do espaço deve considerar duas perspectivas. Ao mesmo tempo em que observamos um processo intenso de mundialização da sociedade, percebemos uma intensa fragmentação, tanto do espaço quanto do indivíduo, que é agrupado em estratos sociais heterogêneos. Significa dizer que as formas de controle e dominação do espaço podem impor novos modos de usos e apropriação deste que, conseqüentemente, realizam-se em um movimento que exclui/inclui segmentos da sociedade.

Nesse sentido, o Estado e o mercado devem ser encarados como importantes agentes produtores do espaço, pois o transformam em mercadoria na medida em que exacerba o valor de troca em relação ao valor de uso (CRUZ, 2007; ARAÚJO, 2013). Essa discussão é feita por Milton Santos por meio do uso dos conceitos de “verticalidades” e “horizontalidades” (SANTOS, 2014, p. 106):

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico.

No turismo, as verticalidades podem ser representadas pelos padrões globais de desenvolvimento da atividade. Em qualquer que seja o espaço onde a atividade turística se manifesta, incentiva-se o uso de técnicas que padronizam a prestação de serviços nos empreendimentos turísticos, a exemplo do que ocorre nos resorts e hotéis de rede. Além disso, o processo de mundialização da sociedade, colocado por Carlos (2001), pode ser observado nas tentativas de homogeneização dos espaços de fluxo turístico, por meio do uso de elementos comuns em vários países ou continentes, como modelos de espaços públicos de lazer, museus, centros de compras, etc.

Esse modelo de turismo convencional tem obedecido a uma lógica capitalista de acumulação de riquezas e de exploração de áreas naturais e de comunidades tradicionais em detrimento dos fluxos de capital gerados pela movimentação de turistas em um determinado local. Para Bauman (1998, p. 114-115), esse tipo de turismo:

[...] não se fixa, mantém apenas relações epidérmicas iniciadas com as pessoas dos locais, sem comprometimento algum com o futuro, nenhuma incursão em obrigações de longo prazo, nem admitir nada no presente que possa se ligar ao amanhã. Mobilidade é o nome do jogo, sendo mestres da arte de misturar sólidos e desprender o fixo. Fazem o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo.

Na contramão dessa lógica hegemônica de desenvolvimento do turismo, é possível notar o surgimento de modelos alternativos, que valorizam as peculiaridades do território e acentuam a resistência da sociedade aos elementos globalizantes. Esse cenário se aproxima do conceito de horizontalidades, que são:

[...] zonas de contiguidade que formam extensões contínuas. [...] São contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm neste território a despeito da vontade de unificação e homogeneização típica das verticalidades. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades (SANTOS, 2006, p. 110).

Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação de atores hegemônicos, nas horizontalidades todos os agentes locais são implicados. Para Santos (2002, p. 16), “as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”.

Nessa perspectiva, Murta e Albano (2002, p. 10) entendem que o turismo precisa encontrar formas mais respeitosas de se inserir no cotidiano das comunidades anfitriãs. Ainda segundo esses autores, “é fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação no lugar, possibilitando a população participar e usufruir de seus resultados”.

Diante disso, destacamos o turismo de base comunitária como uma modalidade que privilegia o indivíduo e o seu lugar, pois é incentivado em áreas que possuem certo nível de vulnerabilidade socioeconômica – como as periferias dos grandes centros urbanos. Esse tipo de turismo se aporta em princípios endógenos de desenvolvimento ao considerar a participação popular nos processos de planejamento e gestão da atividade (CORIOLANO, 2012).

No Brasil isso se dá a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, onde vários estados do País foram estimulados, por meio de uma política de turismo voltada à inclusão social¹, ao fortalecimento de territórios vulneráveis mediante a implementação de oportunidades de turismo baseadas na participação popular e na potencialização das características locais (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009). Esse acontecimento representou um marco importante nos impactos que o turismo proporciona no espaço urbano, ou seja, um importante “evento” na visão de Milton Santos (2014). Para o autor, os eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características: “Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos” (SANTOS, 2014, p. 147).

A partir dessa forma de pensar o turismo brasileiro, surge então o turismo de base comunitária com a missão de proporcionar ganhos significativos a esses territórios no âmbito da geração de emprego e renda, no combate à pobreza e na valorização da cultura local. Essa atividade pode ser assim definida:

Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo-cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

Segundo o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da COPPE/UFRJ (2011, p. 7):

A extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.

Um dos princípios norteadores do turismo de base comunitária é a integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem se sobrepor às atividades econômicas tradicionais. Dito isso, é importante entender que o turismo de base comunitária não pode ser encarado como a panaceia para os problemas de localidades com alto índice de vulnerabilidade social e econômica. Mas, sim, como uma estratégia de desenvolvimento local integrado com as atividades do território.

Nesse sentido, é importante considerar as rugosidades existentes nos territórios onde o turismo de base comunitária se manifesta. Para Milton Santos (2014), ao longo da história as ações humanas e as sociedades vão imprimindo objetos ao espaço geográfico que destacam seus costumes, sua cultura, suas atividades e as tecnologias empregadas em cada período histórico. Com o passar dos tempos, parte desse sistema de objetos e de ações vai sendo extinto pelo surgimento de novos movimentos que atuam na produção do espaço. Porém, elementos do trabalho morto, de experiências coisificadas, de história ou acontecimentos e da divisão territorial do trabalho passado ainda podem ser identificados no espaço ao longo do tempo, caracterizando as suas rugosidades.

Dessa maneira, as formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente (SANTOS, 2014). No caso do turismo de base comunitária, supõe-se que ele não irá se desenvolver ao ponto de reduzir ou eliminar as outras atividades econômicas existentes na localidade, como a pesca artesanal em comunidades ribeirinhas do norte do País ou o modelo de moradia dos morros cariocas, por exemplo. Isso porque compreendemos o turismo de base comunitária como uma atividade capaz de integrar-se às demais atividades econômicas e sociais de uma localidade (LENZ, 2011).

¹ O Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007 é recepcionado pelo Plano Plurianual de Governo (PPA) correspondente, onde em uma de suas ações revê repasses financeiros para a capacitação dos municípios objetivando a atividade turística e o envolvimento da comunidade para a formação de agentes multiplicadores e promoção de ações com vistas à roteirização (ARAÚJO, 2011, 2012).

Portanto, se de um modo geral podemos considerar o turismo como uma verticalidade à medida que o enxergamos através da introdução de sistemas de objetos estranhos ao lugar, como a hotelaria de rede, os resorts, os parques aquáticos etc., no turismo de base comunitária se sobressaem as contrarracionalidades, evidenciando-se assim, as horizontalidades.

As horizontalidades, como vimos, representam os movimentos, as ações e as estratégias de resistência dos territórios à lógica capitalista vigente. Onde o turismo de base comunitária é incentivado, essas horizontalidades tornam-se evidentes porque esse modelo se distingue do turismo convencional, na medida em que a dimensão humana e a dimensão cultural são valorizadas, os saberes e as formas de organização social do lugar, além das atividades produtivas que são características daquele território (MALDONADO, 2009). Esse tipo de turismo representa uma contrarracionalidade porque suas características são concebidas e criadas a partir do próprio território, privilegiando o envolvimento de diferentes atores sociais locais, de forças endógenas, indo na contramão das formas convencionais de exploração turística, pautadas na acumulação de capital e no atendimento a lógicas econômicas e produtivas globais, características das verticalidades.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA ESTUDADA

A localidade Ilha de Deus, situada no Bairro do Pina, zona sul da cidade do Recife, possui uma área de 0,1 km² e fica distante 4,3 km do Marco Zero da capital pernambucana. É uma área de preservação permanente, classificada como uma Zona Especial de Interesse Social – Zeis. A sua transformação em Zeis se deu em 1995 pela lei municipal 16.103/95, reconhecendo o direito à moradia e o tempo de permanência da comunidade na área (RECIFE, 2005).



Figura 1 – Vista aérea da Comunidade da Ilha de Deus

Fonte: ONG Saber Viver, 2016.

Localizada no centro de um dos maiores manguezais urbanos do Brasil, na reserva estuária da Baía do Pina, a Ilha de Deus começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX, e desde o início de sua constituição a pesca vem sendo a atividade econômica predominante. O manguezal, vegetação característica da paisagem recifense, é fonte de atividades de sobrevivência relacionadas com a pesca, no caso da Ilha, de camarões, caranguejos, unhas-de-velho, siris e sururus.

Segundo os dados da pesquisa sobre o perfil das famílias da comunidade de Ilha de Deus, em 2002, incluindo os moradores das palafitas às margens do rio, havia 436 famílias, totalizando 1.924 habitantes. Contudo, na Ilha propriamente dita, há 981 habitantes em 229 domicílios (OLIVEIRA, 2003). Em 2000, 42,3% da população não tinha rendimento e 35,8% recebiam até 01 (um) salário mínimo. Com relação à educação, 50,5% da população entre sete e 14 anos e 51,4% com mais de 25 anos eram analfabetas. Quanto ao acesso a bens e serviços, apenas 22,1% das moradias tinham água encanada (RECIFE, 2005).

A partir de 2011, a comunidade passou por um processo de urbanização executado pelo Governo do Estado de Pernambuco, fruto de diversas lutas dos moradores locais. As palafitas deram lugar às casas de alvenaria mais dignas, e as ruas cheias de lama ao saneamento básico. Esse fato pode ser apreendido pela noção de “evento” de Milton Santos (2014), na medida em que houve uma transformação significativa nos objetos daquele espaço e, conseqüentemente, propiciou o surgimento de novas ações e novas técnicas, como o turismo.

Todo o projeto de urbanização da Ilha de Deus foi discutido com a comunidade. Desde a estrutura da ponte que dá acesso à Ilha até o dimensionamento das ruas foi amplamente discutido com os moradores, o que garantiu um resultado mais satisfatório entre as pessoas que vivem naquele local.

Existem na comunidade agentes de saúde, que são da própria localidade e que visitam as famílias, além dos seguintes serviços públicos e equipamentos sociais: um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, uma creche, uma escola comunitária, uma escola particular, uma capela, uma igreja evangélica, uma associação de moradores, uma rádio comunitária, um grêmio de futebol, com o respectivo campo, e inúmeros pequenos estabelecimentos de comércio informal.



Figura 2 – A ponte de acesso à Ilha de Deus – antes e depois

Fonte: ONG Saber Viver, 2015.

Além dos equipamentos públicos referenciados, a população é atendida por instituições comunitárias, com destaque para o Centro Educacional Popular Saber Viver, uma organização não governamental com mais de 30 anos de existência e que vem desenvolvendo atividades no campo da economia solidária, economia criativa, formação e capacitação profissional, projetos de educação ambiental e, mais recentemente, vem estimulando o desenvolvimento do turismo de base comunitária como alternativa de geração de trabalho e renda no local.

Há quase dois anos a comunidade se engajou no desenvolvimento do turismo, pois percebeu que essa atividade pode estimular a implementação de outras políticas públicas, além de promover os valores culturais e ambientais característicos do local e a geração de novas oportunidades de emprego e renda aos seus habitantes. Instituições de ensino superior da região se aproximaram da Ilha de Deus, motivadas

pelo processo de transformação urbana que mudou o cotidiano dos habitantes e pelas potencialidades culturais e naturais que poderiam ser aproveitadas pelo turismo como forma de agregar valor às atividades tradicionais do local.

Esse engajamento resultou na formatação de produtos turísticos de base comunitária e na estruturação da comunidade para receber fluxos de visitantes interessados em conhecer a história, os valores culturais e os recursos naturais ali existentes. Atualmente, a Ilha de Deus já participa do circuito turístico da cidade do Recife, com passeios regulares, visitas pedagógicas e atividades ligadas ao intercâmbio social, além de ser alvo de algumas políticas públicas municipais que incentivam o desenvolvimento do turismo de base comunitária na periferia recifense.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO NA ILHA DE DEUS

O desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Deus tem repercutido de maneira importante na produção do espaço da comunidade, que passou de um lugar inóspito e insalubre e, após a urbanização, se tornou um dos principais produtos turísticos do Recife. Essa incursão fez surgir uma nova dinâmica local, acompanhada do surgimento de novas técnicas, novos objetos e uma mudança no seu sistema de ações e, conseqüentemente, uma nova configuração espacial.

É importante lembrar que neste trabalho faz-se referência ao pensamento de Milton Santos (2014), quando remete a uma relação indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações para definir o que seria o espaço geográfico. Para discutirmos a relação entre turismo e produção do espaço na comunidade da Ilha de Deus, buscamos identificar algumas categorias-chave da perspectiva miltoniana para compreender a dinâmica espacial e como o turismo nela repercute. No caso aqui abordado, enfatizamos a presença de verticalidades e horizontalidades, além de evidenciarmos algumas rugosidades e sua inserção nessa nova dinâmica econômica da Ilha de Deus.

Quando a comunidade começou a vislumbrar a possibilidade de desenvolver o turismo de base comunitária, tendo a ONG Saber Viver como principal promotora e a academia, por meio de algumas instituições de ensino superior da região, como apoio técnico, foi necessário compreender a dinâmica do turismo na região como um todo. As ações de turismo da cidade do Recife ainda continuam privilegiando o binômio sol e mar e o turismo de negócios. Cresce, porém, o número de pessoas interessadas em explorar a cidade e seus valores culturais e pitorescos. Era preciso, portanto, compreender essa lógica vigente para pensar o modelo de turismo que era interessante para a Ilha de Deus.

Nessas reflexões, viu-se a força que o mercado possui na operacionalização do turismo na região. O conflito estava no tipo de turismo que se pretendia para a Ilha de Deus, focado em processos de autogestão, na participação popular e no empoderamento dos atores locais, princípios do turismo de base comunitária (CORIOLANO, 2009). Porém, percebe-se que esse modelo alternativo de turismo ainda não conseguiu despertar o interesse do mercado turístico regional, apesar de existirem algumas iniciativas de turismo de base comunitária em bairros da zona norte do Recife há cerca de 10 anos. Isso se dá, em grande medida, pelos índices de violência dessas localidades e pela dificuldade que as empresas do setor teriam de propagar a sua lógica de acumulação, pois a dinâmica do turismo nesses bairros, como ocorre na Ilha de Deus, ainda resiste à lógica hegemônica do capital, representando uma horizontalidade.

Contudo, para que o turismo promovesse a geração de emprego e renda na Ilha de Deus, algumas aproximações com o mercado foram inevitáveis. Em primeiro lugar, era preciso pensar em uma maneira de captar e reter visitantes na comunidade. Dessa forma, um antigo prédio, pertencente à ONG Saber Viver e onde funcionaria uma padaria comunitária, deu lugar a um equipamento de hospedagem. O imóvel foi adaptado, remodelado e precisou atender a um padrão de serviço e de estrutura compatível com o conceito de hostel. Para gerar fluxo para o equipamento, existe uma homepage e uma parceria com a Aiesec Recife, uma instituição que atua com intercâmbios no mundo inteiro. Esse processo conectou a Ilha de Deus à lógica de um turismo global, portanto, uma verticalidade.





Figura 3 – Hostel Ilha de Deus

Fonte: O autor, 2017.

Essa iniciativa chamou atenção da mídia da região, repercutindo nos principais veículos de comunicação. A midiaticização da Ilha de Deus, agora vista como um território turístico, também pode ser encarada como uma verticalidade, uma vez que estimula a massificação do produto e insere, em certa medida, a comunidade na dinâmica mercadológica da atividade turística. Figura 4 – Matéria sobre o Hostel Ilha de Deus.

Figura 4 – Matéria sobre o Hostel Ilha de Deus

Fonte: Diário de

Pernambuco, 2016.



Ainda sobre a aproximação com o mercado, que representa uma verticalidade importante na produção do espaço da Ilha de Deus, também se estabeleceu uma parceria com uma empresa que oferece passeios de catamarã pelos rios da cidade do Recife. Essa parceria resultou da estruturação do primeiro passeio regular de turismo de base comunitária do estado de Pernambuco. Todos os sábados, às 10h, sai uma embarcação em direção à comunidade. Chegando lá, os visitantes realizam um circuito de 1h20 e conhecem a história

do lugar, os projetos sociais e se conectam com os costumes e com a cultura local.

Figura 5 – Catamarã chegando à Ilha de Deus

Fonte: ONG Saber Viver, 2016.

O turismo de base comunitária, como colocamos anteriormente, representa uma contrarrazionalidade, pois não atende totalmente às diretrizes convencionais do mercado turístico. Por isso, as horizontalidades acabam sendo identificadas com maior intensidade no processo de produção do espaço na Ilha de Deus, motivado pela atividade turística. As horizontalidades se traduzem em condições de resistência às verticalidades impostas pela lógica do capital, que homogeneiza os espaços geográficos. Na Ilha de Deus, mesmo com as articulações feitas com o mercado turístico da região, em função do hostel e da estruturação do passeio de catamarã, é possível perceber que, dado o nível de empoderamento dos atores locais, a comunidade não absorveu totalmente a lógica convencional de funcionamento da atividade. Por essa razão, muitas empresas de receptivo turístico da cidade ainda não estão dispostas a oferecer esse tipo de produto aos seus clientes.

O modelo de gestão do turismo de base comunitária na Ilha de Deus, pautado em princípios sociais, tem fortalecido esse processo de resistência, pois há o entendimento de que uma aproximação mais intensa com o mercado local pode provocar danos irreparáveis à comunidade e comprometer alguns projetos sociais, sobretudo àqueles ligados ao meio ambiente, como é o caso do Projeto Semear e Colher,



financiado por entidades alemãs e que atua no processo de recuperação e replantio do manguezal e na educação ambiental dos moradores da Ilha de Deus.

No âmbito da comunicação, houve uma nítida potencialização da rádio comunitária “Boca da Ilha” a partir dos impactos que o turismo de base comunitária vêm ocasionando na comunidade. Compreendemos esse fenômeno como uma horizontalidade na medida em que o turismo, por passar a dar maior visibilidade ao local, deixando expostos os problemas que ainda persistem, sobretudo na ordem de serviços básicos como saneamento, limpeza urbana, segurança e saúde, aumenta o nível de atuação da rádio comunitária

como um instrumento de difusão de informações, de denúncia e de resistência.

Figura 6 – Rádio comunitária “Boca da Ilha”



Fonte: <http://caranguejouca.blogspot.com.br>, 2016.

Outra potencialização importante se deu no âmbito produtivo. A comunidade da Ilha de Deus tem na pesca artesanal a sua principal atividade econômica. Contudo, a forma como os pescadores e pescadoras do local comercializam seus pescados ainda os deixam dependentes dos “atravessadores”, intermediários que compram a produção oriunda da pesca. Com o desenvolvimento do turismo, surgiram novas possibilidades de comercialização da produção local, tanto pela venda direta dos pescados e mariscos ao próprio visitante, como pelo aproveitamento dessa produção nos circuitos turísticos a partir do seu uso na gastronomia. Dessa maneira, os pescadores encontram alternativas para realizar a venda de seus produtos e desconstruem a dependência dos intermediários.

Figura 7 – A “Mariscada”, prato típico da comunidade

Fonte: O autor, 2017.

Porém, não significa dizer que o turismo de base comunitária deva substituir os modos tradicionais de produção e comercialização existentes na Ilha de Deus. Como ressalta Lenz (2011), o turismo deve atuar



de maneira complementar às atividades produtivas locais, potencializando-as. É sabido que o turismo é uma atividade sazonal, sendo necessário que ela se agregue à dinâmica do espaço onde se desenvolve no intuito de fortalecer e agregar valor às características locais (CORIOLANO, 2009). Esse processo tem sido incentivado na Ilha de Deus e representa, portanto, uma horizontalidade.

Podemos afirmar, ainda, que a presença das atividades produtivas tradicionais representa uma rugosidade do espaço. Isso porque representam a divisão territorial do trabalho do passado e que, apesar



de ganhar novos contornos nos dias de hoje, continuam sendo perpetuadas e facilmente identificadas na comunidade (SANTOS, 2014). É comum circular pela Ilha de Deus e ver as pessoas, famílias, catando

sururu em frente de suas casas, na rua e nas calçadas. Esse cenário se tornou um dos principais atrativos turísticos da Ilha de Deus, pois em vários momentos os visitantes têm a oportunidade de observar o processo de beneficiamento do marisco e do sururu, além de aprender a pescar camarão nos viveiros existentes na comunidade.

Figura 8 – Visitantes observando o processo de catação do sururu

Fonte: O autor, 2017.

Outra rugosidade encontrada diz respeito às moradias. Apesar de o projeto de urbanização ter oferecido melhores condições de habitação à maioria dos moradores da Ilha de Deus, há uma parcela significativa que ainda reside nas palafitas.

Figura 9 – Palafitas da Ilha de Deus

Fonte: O autor, 2017.

Isso ocorre porque parte das pessoas que ainda reside nas palafitas não recebeu as casas que foram prometidas pelo poder público, pois o projeto de urbanização da comunidade ainda não foi totalmente concluído. Além disso, é possível identificar famílias que preferem permanecer nas palafitas em vez de residir nas casas de alvenaria, alegando a dificuldade no processo de adaptação e a identidade que construíram com aquela condição de moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi o de discutir a relação entre turismo e produção do espaço na comunidade da Ilha de Deus, localizada na cidade do Recife-PE.

Podemos inferir que a influência do turismo de base comunitária na produção do espaço urbano constitui uma temática que merece um aprofundamento teórico e empírico. Para este estudo, utilizamos a perspectiva de Milton Santos sobre a produção do espaço, valendo-se especialmente de algumas categorias de análise do espaço geográfico: os eventos, as verticalidades, as horizontalidades e as rugosidades (SANTOS, 2014). Percebemos que é necessário um esforço ainda maior para compreender as transformações que são operadas pelo turismo, necessitando de uma ampliação consistente no seu campo de análise, voltando-se para as demais categorias miltonianas que merecem ser evidenciadas no estudo do espaço geográfico, afinal, o turismo por si só não se explica. É na relação com o espaço que ele se realiza e, portanto, a partir de sua compreensão é que se pode analisá-lo.

Na Ilha de Deus, ao evidenciar os movimentos que são engendrados pelo próprio território, a partir do turismo de base comunitária, a fim de resistir a uma lógica econômica hegemônica de produção do espaço, foi possível revelar que esse modelo alternativo de turismo tem representado uma importante contrarracionalidade na produção do espaço da Ilha, pois tem estimulado a participação popular em movimentos que mobilizam capacidades e energias endógenas em prol da geração de emprego e renda, do combate à pobreza, da valorização dos recursos e do patrimônio local, como também no empoderamento dos atores sociais locais envolvidos diretamente com a atividade.

Embora o turismo convencional, expresso pela padronização da oferta hoteleira e serviços, seja predominante em Recife, mais condizente com o conceito de verticalidades à medida que introduz elementos exógenos ao lugar e produz a sensação de estranhamento para a população autóctone que se vê excluída do processo, é importante sinalizar as contrarrazões, experiências positivas que demonstram que é possível sim o turismo se realizar no espaço enquanto mercadoria, mas incluindo nesse projeto a população local, beneficiando-a seja do ponto de vista econômico, mediante a geração de emprego e renda, seja do ponto de vista social e cultural, por meio da construção de um sentimento de pertencimento.

Por fim, reconhecemos que o turismo de base comunitária vem se tornando um importante instrumento na promoção de melhorias na comunidade da Ilha de Deus, além de conectar a comunidade à dinâmica da cidade como um todo, não só no que tange à questão econômica, pois contribui para a ampliação da oferta turística da região, mas também atraindo novos olhares da sociedade para os problemas sociais enfrentados pelas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. P. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. 2011, 368 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012012-140819/>>.

_____. Da Embratur à Política Nacional de Turismo. **Revista Pós**, v. 19, n. 31. São Paulo, FAUUSP, junho 2012, p. 146-162.

ARAÚJO, C. P.; VARGAS, H. C. Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 1 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2013 p. 23-41. Disponível em: <www.cegot.org>.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORIOLOANO, L. N. O Turismo Comunitário no Contexto da Globalização. In: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

_____. **Arranjos Produtivos Locais no Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografia do Turismo: de lugares a pseudolugares**. São Paulo: Roca, 2007.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Técnico: marco referencial teórico para o turismo de base comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011.

LENZ, T. C. Z. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

MALDONADO, C. O Turismo Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de. Pesquisa perfil da família da comunidade de Ilha de Deus. In: **Série Pesquisa Social Comunitária**. Recife: Nuampo-Unicap, Ano 1, v. 1 n. 1, 2003.

RECIFE, Prefeitura do. **PNUD**. Desenvolvimento humano no Recife, Atlas Municipal. CD-Rom, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; DE SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR-Hucitec, 2002.

SILVA, K.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.